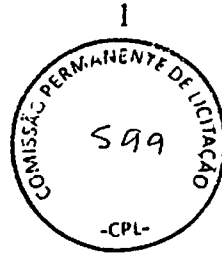




ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**CONTRATO Nº 038/2018**

PREGÃO PRESENCIAL – SRP: 005/2018

TÉRMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAÍBA, E A EMPRESA: CIRUFARMA COMERCIAL LTDA, TENDO POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS GERAIS E INJETÁVEIS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DISTRITAL, DAS UNIDADES DE ESPECIALIZAÇÃO DE SAÚDE E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

De um lado como CONTRATANTE, e assim denominado no presente instrumento, o Município de MAMANGUAPE, Estado da Paraíba, com Sede na Rua Duque de Caxias, s/n, CEP.: 58.280.000, Centro – MAMANGUAPE-PB, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.898.124/0001-48, ora representado pela Senhora Prefeita Municipal, Senhora Maria Eunice do Nascimento Pessoa, portadora da Cédula de Identidade – RG 121082, SSP – PB, e do CPF n.º 094.458.774-15, residente e domiciliada na Rua: João Maranhão nº 36 – Bairro: Centro – Cidade: Mamanguape/PB, e pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde, Antônio Máximo da Silva Neto, portador do CPF: 057.130.434-60 e RG:2817174 SSP – PB, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado na Rua Francisco Gerbasi, 22 – Centro – Mamanguape – PB –, como CONTRATADA, e assim denominado no presente instrumento, a Empresa: CIRUFARMA COMERCIAL LTDA, com sede na Rua Presidente Quaresma, Nº 1.105; BAIRRO: Alecrim, CIDADE: NATAL – RN; CNPJ: 40.787.152/0001-09 representado pelo representante legal o Senhor: José Marinaldo da Silva portador do CPF: 654.247.864-72 e RG: 1.139.267 SSP-RN.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:**

1.1 Este contrato decorre da licitação modalidade pregão presencial registro de preço – 005/2018, processada nos termos da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei complementar n.º 123/2006 alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e ainda Com fulcro no Decreto Nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:**

2.1 O presente contrato tem por objeto: registro de preço para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS GERAIS E INJETÁVEIS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DISTRITAL, DAS UNIDADES DE ESPECIALIZAÇÃO DE SAÚDE E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

2.2 O fornecimento dos medicamentos deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, pregão presencial registro de preço – 005/2018 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

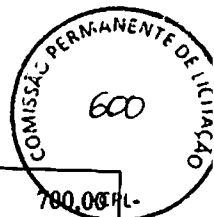
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P. UNID.	P. TOTAL
12	ATENOLOL 100MG	PRATI DONADUZZI	CP	8000	R\$ 0,05	R\$ 400,00

*no*



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2

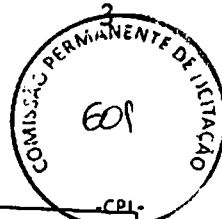


14	ATENOLOL 50MG	PRATI DONADUZZI	CP	14000	RS 0,05	RS 700,00
15	AMIODARONA 200MG	GEOLAB	CP	1500	RS 0,48	RS 720,00
19	BROMETO DE IPATROPIO 0,25%20ML BROMETO DE IPATROPIO SOLUCAO INALANTE 0,25 MG/ML 20ML	TEUTO	FR	300	RS 0,95	RS 285,00
20	BENZOATO DE BENZILA EMULSÃO 60ML	IFAL	FR	800	RS 3,00	RS 2.400,00
24	RANITIDINA 150MG	MEDQUIMICA	CP	50000	RS 0,11	RS 5.500,00
28	DIPIRONA 500MG/ML GOTAS 10ML	NATULAB	FR	4000	RS 0,76	RS 3.040,00
29	DIGOXINA 0,25MG	TEUTO	CP	16000	RS 0,06	RS 960,00
36	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMP	TEUTO	CP	200000	RS 0,03	RS 6.000,00
38	IBUPROFENO 50MG/ML, SUSPENSÃO ORAL (GOTAS), FRASCO 20 ML	NATULAB	FR	1000	RS 1,20	RS 1.200,00
39	IBUPROFENO 300MG	TEUTO	CP	13000	RS 0,10	RS 1.300,00
45	LORATADINA 10MG	GEOLAB	CP	14000	RS 0,08	RS 1.120,00
49	METFORMINA CLORIDRATO 850MG	TEUTO	CP	90000	RS 0,09	RS 8.100,00
50	MEBENDAZOL SUSP DE 30ML	NATULAB	VD	1200	RS 1,17	RS 1.404,00
51	MEBENDAZOL 100MG	SOBRAL	CP	12000	RS 0,06	RS 720,00
57	ENALAPRIL 20MG	MEDQUIMICA	CP	16000	RS 0,06	RS 960,00
58	ENALAPRIL 10MG	MEDQUIMICA	CP	12000	RS 0,05	RS 600,00
69	PERMETRINA 10MG/ML, LOÇÃO, FRASCO 60ML	IFAL	VD	400	RS 2,36	RS 944,00
71	PREDNISOLONA 3MG/ML SOL 60ML	PRATI DONADUZZI	VD	500	RS 4,42	RS 2.210,00
77	SORO REIDRATANTE 27.9G C/50 EN	NATULAB	UN	3000	RS 0,57	RS 1.710,00
85	ETINILESTRADIOL 0,03MG + LEVONORGESTREL 0,15MG, BLISTER COM 21 COMPRIMIDOS	MABRA	CX	200	RS 0,95	RS 190,00
92	PROMETAZINA 25MG CX C/200CPR PROMETAZINA 25MG	TEUTO	CP	24000	RS 0,09	RS 2.160,00
96	HIDROXIDO DE ALUMINIO 6%, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML	NATULAB	FR	800	RS 1,90	RS 1.520,00
97	HIOSCINA SIMPLES 10MG	UNIAO QUIMICA	CP	5000	RS 0,58	RS 2.900,00
105	VITAMINA A 5.000UI+VITAMINA D 900UI+OXIDO DE ZINCO 150MG/G POMADA C/45G	SOBRAL	BI	400	RS 3,56	RS 1.424,00
107	MYDRIACYL 1,0% 5ML	CRISTALIA	FR	20	RS 10,57	RS 211,40
109	SINVASTATINA 20MG C/30CPR SINVASTATINA 20MG	PHARLAB	CP	20000	RS 0,10	RS 2.000,00
119	CEFALOTINA 1G INJ 50AMP C/DIL CEFALOTINA PÓ LIOFILIZADO PARA INJEÇÃO 1G	ABL	AP	1200	RS 1,89	RS 2.268,00
122	CLORETO SODIO 10% 200AMP 10ML	SAMTEC	AP	200	RS 0,19	RS 38,00
129	ETILEFRINA 10MG/ML INJETAVEL 1ML	UNIAO QUIMICA	AP	240	RS 1,19	RS 285,60
135	GENTAMICINA 80MG/2ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	HYPOFARMA	AP	1200	RS 0,98	RS 1.176,00
141	LIDOCAÍNA 2%S/V C/25AMP 20ML LIDOCAÍNA,CLORIDRATO DE, SOLUÇÃO INJETÁVEL A 2% SEM VASO 20 ML	HYPOFARMA	AP	300	RS 2,71	RS 813,00
142	BISACODIL 5MG COMPRIMIDO	UNIAO	CP	600	RS 0,14	RS 84,00

M



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



154	ATROPINA 0,25MG C/120AMP 1ML	QUIMICA					
157	VITAMINA C 500MG INJ	ISOFARMA	AP	400	R\$ 0,27	R\$ 108,00	
161	IMUNOGLOB.300MCG ANTI D 2ML-KA	SANTISA	AP	1600	R\$ 0,60	R\$ 960,00	
162	KOLAGENASE POM C/CLOR 30GR	GRIFOLLS	FA	8	R\$ 245,23	R\$ 1.961,84	
163	DOBUTAMINA 250MG INJ FR 20ML DOBUTAMINA SOLUCAO INJETAVEL 250MG AMPOLA 20ML (OFERECEMOS C/20 ML)	CRISTALIA	BI	160	R\$ 12,29	R\$ 1.966,40	
173	VANCOMICINA 500MG 20FA S/D	TEUTO	AP	400	R\$ 4,49	R\$ 1.796,00	
174	RANITIDINA 50MG C/100AMP 2ML	TEUTO	FA	200	R\$ 4,09	R\$ 818,00	
184	BROMOPRIDA 5MG/ML C/100AMP 2ML	TEUTO	AP	1200	R\$ 0,46	R\$ 552,00	
185	NOREPINEFRINA 2MG/ML (AMPOLA 4ML)	HIPOLABOR	AP	400	R\$ 1,25	R\$ 500,00	
186	ONDANSETRONA 2MG/ML, INJETAVEL, AMPOLA 2ML	HYPOFARMA	AP	200	R\$ 2,73	R\$ 546,00	
190	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO	HYPOFARMA	AP	200	R\$ 0,91	R\$ 182,00	
198	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA 10ML	E.M.S	CP	600	R\$ 0,15	R\$ 90,00	
203	TERBUTALINA 0,5MG INJ C/50AMP	SAMTEC	AP	1200	R\$ 0,26	R\$ 312,00	
		UNIAO QUIMICA	AP	500	R\$ 2,27	R\$ 1.135,00	
						<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 66.270,24</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

3.1 O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 66.270,24 (Sessenta e Seis Mil Duzentos e Setenta Reais e Vinte e Quatro Centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO DOS PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.
- 4.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, a ser feita, preferencialmente, através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.
- 4.3. Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar a Prefeitura à variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração.
- 4.4. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá prestar os serviços pelo preço contratado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.
- 4.5. A pedido do fornecedor.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

5.1 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta do orçamento vigente Recursos Próprios do Município de Mamanguape, nas seguintes dotações: 03.220 - Fundo Municipal de Saúde - 10 301.0263.2033 - Manut. do Fundo Municipal de Saúde - 10 301.0263.2065 - Manut. Píxo. de atenção básica PAB FIXO - 10 301.0091.2077 - Manut Prog assistência farmacêutica básica - 3.3.90.30.99 Material de Consumo.

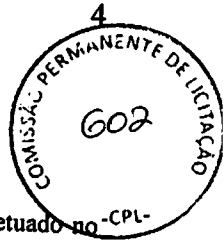
**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

6.1 O pagamento será efetuado pela Edilidade após o ateste do servidor designado para acompanhamento e recebimento das mercadorias fornecidas, através de ordem bancária, creditado na conta-corrente da empresa junto à agência indicada na proposta, ou pela emissão de cheque nominal, mediante recibo e nota fiscal em até 30(trinta) dias.

*M*



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- 6.2 Quando a data prevista para o pagamento coincidir com finais de semana, feriado, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente.
- 6.3 O pagamento será feito mediante cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.
- 6.4 O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 6.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (Tx/100)^{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E VIGENCIA:**

- 7.1. A entrega será de forma parcelada de acordo com a necessidade da Prefeitura e quando requisitada, deverá ser em entregue em até 03 (três) dias após a entrega da ordem de fornecimento, contendo a especificação dos medicamentos, marcas e a quantidade, devidamente autorizada e identificada.
- 7.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outras despesas que não seja o proposto pela empresa vencedora.
- 7.3. Os medicamentos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (Cinco), pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.4. Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5. Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos medicamentos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.7 O prazo de início do fornecimento ocorrerá 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato.
- 7.8 O Contrato vigorará a contar de sua assinatura pelas partes até o dia 31/12/2018. O prazo constante nesta cláusula poderá ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, depois de observado o Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

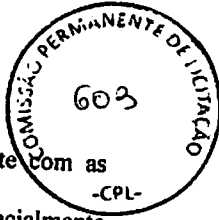
- 8.1. A Contratante obriga-se a:
- 8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

uf



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5



- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca e fabricante;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (Quarenta e Oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;
- 9.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 9.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 9.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:**

- 10.1 Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.
- 10.2 A CONTRATADA reconhecerá os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:**

- 11.1 A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do objeto:
- a) Advertência por escrito sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) Multa, observados os seguintes limites:
- b.1) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do material não entregue;
- b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material não entregue, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos bens constantes do instrumento contratual, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- b.3) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nas alíneas anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência.

M



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6

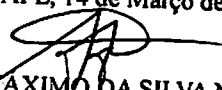


- c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, e suspensão por até 05 (cinco) anos no Cadastro de Fornecedores do Município.
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração da penalidade.
- 11.2 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.
- 11.3 As sanções previstas nas cláusulas "a)" a "c)" poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.
- 11.4 As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.
- a) A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.
- 11.5 A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;
- 11.6 As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual ou eventuais atrasos decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.
- 11.7 As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.
- 11.8 Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:
- 11.9 Tenham, sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.10 Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- 11.11 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:**

- 12.1 Fica desde já eleito o Fórum da Comarca de Mamanguape, Estado da Paraíba, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação/ou execução deste Contrato, não resolvidas na esfera Administrativa.
- 12.2 E por estarem assim justos; Contratados e Concordantes com todas as Cláusulas e condições ora ajustadas, as partes assinam o presente Contrato Administrativo, que é feito em 03 (Três) vias de igual teor, na presença de duas Testemunhas instrumentais, que também assinam, devendo a CONTRATANTE, no prazo legal, providenciar a publicação, na imprensa Oficial, do extrato do Contrato, a teor no Art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal nº. 8.666/93, tudo para que o ato produza seus Jurídicos e Legais efeitos.

MAMANGUAPE, 14 de Março de 2018

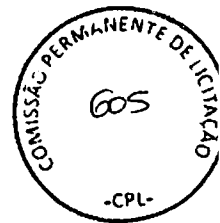
  
ANTÔNIO MAXIMO DA SILVA NETO  
SECRETÁRIO DE SAÚDE / CONTRATANTE

  
JOSÉ TARCISO DE SILVA  
CHEFE FARMÁCIAS COMERCIAIS LTDA  
CONTRATADO



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7



TESTEMUNHAS

1.º

RG N.º

2.º

RG N.º

26